

fila e de renúncia/desistência que venham a ocorrer, podendo se valer da estrutura do Gabinete da Defensoria Pública-Geral, bem como editar todos os atos necessários visando ao desenvolvimento de suas atividades.

5. Do relatório da comissão:

5.1. A comissão encaminhará seu parecer com o deferimento ou indeferimento dos requerimentos ao Defensor Público-Geral, que convocará os(as) nomeados(as) aptos(as) para a posse.

6. Da cerimônia de posse:

6.1. Os(as) candidatos(as) nomeados que tiverem sua habilitação ao cargo deferida deverão comparecer à solenidade de posse, na data de 17 de abril de 2024, às 11h, no Palácio do Governo, sito à Av. Alm. Barroso, s/n, Belém - PA, trajando vestes talares no padrão e forma definidos na Resolução CSDP nº 181, de 19 de dezembro de 2016, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará.

7. Dos casos omissos e das disposições finais

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Defensor Público-Geral.

7.2. O presente Edital entra em vigor na data de sua divulgação oficial.

Belém, 21 de março de 2024.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO

Defensor Público-Geral do Estado do Pará

*Os Anexos 1 e 2 poderão ser acessados, na íntegra, no site da Defensoria Pública do Estado do Pará, por meio do seguinte link: <http://defensoria.pa.def.br/legislacao.aspx> (aba de Editais).

Protocolo: 1054344

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2024 – O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – TJPA, neste ato representado por seu Secretário de Administração, VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR, matrícula funcional nº 91464, designado pela PORTARIA nº 407/2023-GP de 1º de fevereiro de 2023, publicada no Diário de Justiça do dia 02 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições, resolve homologar em favor da empresa 3R CAPACITA COMÉRCIO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA, inscrita do CNPJ nº 32.380.894/0001-89, a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 74, inciso III, alínea "f" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, contratação direta visando a inscrição de 09 (nove) servidores: Tiago Silva Guimarães; Betânia Souza da Silva Pinheiro; Humberto Pereira Lima; Lourival Pereira Bulhosa Neto; Milene Laise Silva Correa; Oscar Bruno Maciel de Abreu; Paulo Roberto Martins Cunha; Sheila Alves de Lima e Stela Reis de Souza, lotados na Secretaria de Auditoria Interna – SEAUD do TJPA para participarem do CURSO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE EM AUDITÓRIA ONLINE, que ocorrerá no período de 22 a 25 de abril de 2024, na modalidade online. O valor por inscrição é de R\$ 1.333,33 (um mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), totalizando a contratação em R\$ 11.999,97 (onze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos), nos termos da instrução constante no PA-PRO-2024/00408. // Belém, 19 de março de 2024. // Responsável pela assinatura: VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR - Secretário de Administração do TJPA.

Protocolo: 1054077

EXTRATO DO TERMO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2024 – O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – TJPA, neste ato representado por seu Secretário de Administração, VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR, matrícula funcional nº 91464, designado pela PORTARIA nº 407/2023-GP de 1º de fevereiro de 2023, publicada no Diário de Justiça do dia 02 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições, resolve homologar em favor da empresa GREEN TREINAMENTO LTDA, inscrita do CNPJ nº 59.941.708/0001-90, a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 74, inciso III, alínea "f" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, contratação direta visando a realização dos CURSOS: MS-900: MICROSOFT 365 FUNDAMENTAIS, no dia 10/04/2024 e PL-300: Power BI Data Analyst (antigo DA-100) no período de 15 a 17 de abril de 2024, destinados a servidores e servidoras da Secretaria de Informática, na modalidade online. O valor total da contratação é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos da instrução constante no PA-PRO-2024/00656. // Belém, 19 de março de 2024. // Assinatura do Responsável: VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR - Secretário de Administração do TJPA.

Protocolo: 1054086

EXTRATO DO TERMO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2024 – O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – TJPA, neste ato representado por seu Secretário de Administração, VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR, matrícula funcional nº 91464, designado pela PORTARIA nº 407/2023-GP de 1º de fevereiro de 2023, publicada no Diário de Justiça do dia 02 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições, resolve homologar em favor do docente FREDIE SOUZA DIDIER JUNIOR, a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 74, inciso III, alínea "f" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, contratação direta para ministrar o CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL – AULA COMPLEMENTAR – QUESTÕES SOBRE PROVAS EM ESPÉCIE, que ocorrerá no dia 05 de junho de 2024, na modalidade de Ensino Remoto com interações síncronas e assíncronas (Plataforma Teams). O valor da Contratação é de R\$ 399,66 (trezentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos), nos termos da instrução constante no PA-PRO-2024/00655. // Belém, 19 de março de 2024. // Responsável pela assinatura: VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR - Secretário de Administração do TJPA.

Protocolo: 1054081

EXTRATO DO TERMO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2024 – O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – TJPA, neste ato representado por seu Secretário de Administração, VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR, matrícula funcional nº 91464, designado pela PORTARIA nº 407/2023-GP de 1º de fevereiro de 2023, publicada no Diário de Justiça do dia 02 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições, resolve homologar em favor do docente KELLEN CLEYA DOS SANTOS MADALENA STAKOVIK, a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 74, inciso III, alínea "f" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, contratação direta para ministrar o CURSO: TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS DO PODER JUDICIÁRIO – TPU/CNJ E PARAMETRIZAÇÃO DOS PAINÉIS DE INFORMAÇÃO DO DATAJUD, que ocorrerá nos dias 01 e 02 de abril de 2024, na modalidade online, destinados ao público-alvo magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário. O valor da Contratação é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos da instrução constante no PA-PRO-2024/00922. // Belém, 19 de março de 2024. // Responsável pela assinatura: VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR - Secretário de Administração do TJPA.

Protocolo: 1054096

EXTRATO DO TERMO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2024 – O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – TJPA, neste ato representado por seu Secretário de Administração, VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR, matrícula funcional nº 91464, designado pela PORTARIA nº 407/2023-GP de 1º de fevereiro de 2023, publicada no Diário de Justiça do dia 02 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições, resolve homologar em favor do docente CESAR AUGUSTO RODRIGUES SAMPAIO, a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 74, inciso III, alínea "f" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, contratação direta para ministrar o CURSO: PRÁTICA EM GESTÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS E ATOS DE GABINETE- Módulo IV – PJE para gabinetes, que ocorrerá nos dias 23 a 25 de abril de 2024, na modalidade online/remoto, destinados ao público-alvo de Analistas Judiciários e Auxiliares Judiciários – graduação em Direito. O valor da Contratação é de R\$ 599,92 (quinhentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), nos termos da instrução constante no PA-PRO-2024/00783. // Belém, 19 de março de 2024. // Responsável pela assinatura: VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR - Secretário de Administração do TJPA.

Protocolo: 1054089

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 41.864 DE 20 DE MARÇO DE 2024.

A Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições estabelecidas pela PORTARIA nº 40.211/2023, e, CONSIDERANDO o que dispõe o Artigo 15, inciso III (incluído pelo art. 3º, da Lei nº 8.938/2019, e anexo VIII), da Lei nº 8.037, de 05-09-2014; CONSIDERANDO o Parecer da Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho, contido no Expediente nº 004428/2023;